

A PALAVRA LATINA



"Pela desmistificação do capitalismo e de sua imprensa conservadora, e em apoio às lutas populares legítimas em todas as suas formas"

jornal associado ao

RESUMEN
latinoamericano

Ano II - número 07 - São Paulo # Maio/Junho de 2005 - R\$ 1,00

Escravidão, Ontem e Hoje



José, encontrado aos 16 anos, na fazenda Cabaceiras, no Pará

erradicação do trabalho forçado promovidas pelo governo, a luta por maior fiscalização e punição dos "escravistas modernos" ainda é precária.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, 12,3 milhões de pessoas são vítimas do trabalho escravo, hoje no mundo. Mais de 25 mil delas são brasileiras. Apesar dos avanços nas políticas para a

Leonardo Sakamoto

Pág. 7

Chávez e o Socialismo do século XXI

"Faz-se necessário inventar um socialismo, discutir e definir por quais vias teremos que inventá-lo".

Pág. 8



Resumen Latinoamericano

entrevista exclusiva

Gilmar Mauro

Líder nacional do MST fala da grande marcha a Brasília

3

nesta edição

Equador

Povo nas ruas derruba presidente corrupto

4

Rádios Livres

Questão de democracia na comunicação

5

cultura

Quilombolas

A gente que a história esqueceu

6

Ensalo Fotográfico "Murmúrios"

10

Poucas Palavras

Cardenal, Galeano e filosofia de banheiro

11

Crônica

Parada guei derrama arco-íris na cara dos caretas

12

É preciso ver o negro

A questão da violência em nosso país voltou à cena com a chacina de dezenas de pessoas no Rio de Janeiro pela Polícia Militar – esta que é talvez a mais degenerada das instituições do país.

Tradicionalmente, a violência sempre esteve ligada à condição social, ou à falta de condição social. No Brasil, a camada de excluídos está, desde há 5 séculos, conformada majoritariamente por negros. Os afro-descendentes não somente são a maior parte do povo pobre, mas especialmente, são os miseráveis deste país.

O recém-lançado filme brasileiro “Quase dois irmãos”, mostra com maestria as diferenças de classes – e de etnias das classes – vistas de dentro de um presídio da época da ditadura, que misturava presos políticos – brancos – com presos comuns – quase todos negros. Além da questão étnica, é interessante notar que foi justamente a violência militar dispendiosa quem fez germinar a violência subversiva organizada moderna, já que desta troca de aprendizados no cárcere, nasceu a Falange Vermelha.

O preconceito racial e as sistemáticas situações de humilhação por que passam os

negros brasileiros não vão ser resolvidas com as reformistas “políticas afirmativas” – cotas em universidades públicas, por exemplo – muito embora este seja um primeiro passo que deve ser dado. Para se resolver esta doença de nossa “cultura ocidental”, há que se romper com valores, há que se quebrar estruturas sociais mal construídas que são o cerne dessa opressão.

Não obstante, visto que o capitalismo e a degenerescência da vida que ele promove, parecem ser um problema mais complexo do que já se imaginou um dia, cabe enfrentar com urgência – ainda que superficialmente – este abismo social-étnico entre negros e brancos. Neste sentido, as “cotas para negros” são, até agora, a única proposta de algum peso.

As classes médias e altas formadoras de opinião – em geral, tão racistas quanto dissimuladas – somente respeitarão ao negro como um cidadão, quando ele participar de suas vidas cotidianas como um igual. É preciso que as elites enxerguem o negro universitário, o negro doutor, o negro dono de loja, o negro de carro importado e até mesmo o negro circulando num frio chopincenter desprovido de calor humano. Assim, também a PM pensará duas vezes antes de passar

fogo no primeiro mulato parado na esquina – afinal ele pode ser filho de “doutô”.

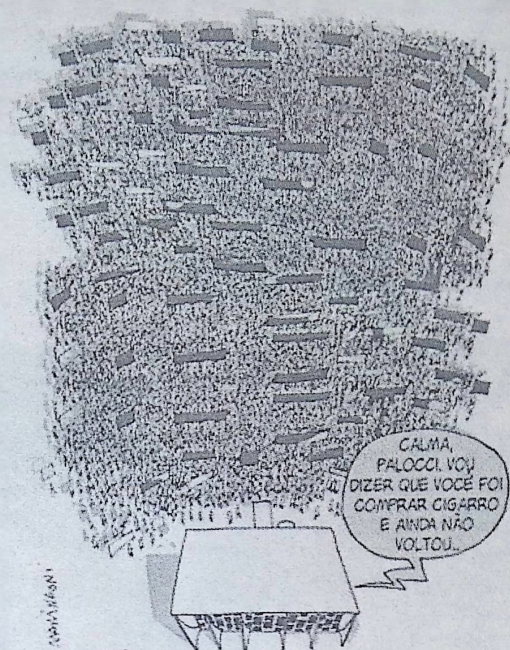
Infelizmente a USP não cumpriu até hoje com as determinações de reserva de vagas, usando-se do argumento batido da queda de “qualidade”, típico de quem nunca saiu de dentro de uma biblioteca para ver a luz do sol.

Segundo recente pesquisa da Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Estadual da Bahia – que em 2003 reservou 40% das vagas para afro-descendentes – “não

há desnível”. A média destes estudantes é de 7,7, contra 7,9 dos demais. E isso apesar de que grande parte destes cotistas além de estudar, trabalham.

Este fato já era de se esperar, já que é amplamente sabido que o bom desempenho nos vestibulares brasileiros – quantitativos e tecnocratas – nada têm que ver com o desempenho no curso específico, onde todos têm os mesmos professores e estudam qualitativamente a área à qual resolveram se dedicar.

BRASÍLIA, 17 DE MAIO, 2005



A PALAVRA LATINA

Conselho Editorial: Yuri Martins Fontes, Waldo Lao, Cassiano Novais e Bia Rangell.

Conselho Político: Alejandro Buenrostro, Carlos Aznarez, Carlos Latuff, Cesar Cordaro, Gilberto Maringoni, Hamilton Octávio de Souza, Ivan Leichsenring, Jorge Grespan, Lincoln Secco e Zanini H.

Imagens: Marcelo Min, Latuff, Maringoni, Waldo Lao e Yuri.

Revisão Final: Ivan

Diagramação e Arte: José Mário Cândido (vermelinho2@yahoo.com)

Correspondência e Exemplos:
apalavralatina@yahoo.com
3231-0692

www.acepusp.org.br/apalavralatina
Matérias assinadas são de responsabilidade dos autores.

Tiragem desta edição: 12.000 exemplares
Periodicidade bimestral

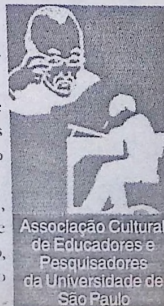
Campanha contra o monopólio da imprensa capitalista

Sociedade
Latina de
Imprensa

A *Palavra Latina* é um projeto de jornalismo crítico, na contra-mão do pensamento único largamente difundido pela imprensa conservadora. O jornal foi viabilizado através da parceria entre a *Sociedade Latina de Imprensa* e a *Associação Cultural de Educadores e Pesquisadores da Universidade de São Paulo*.

A ACEPUSP é uma entidade política criada e gerida por alunos e ex-alunos da USP, que desenvolve projetos de difusão cultural e socialização do conhecimento pelas classes populares, através de cursos, seminários, debates, manifestações artísticas e comunicação social.

A *Sociedade Latina* é um agrupamento formado por escritores, cientistas humanos, jornalistas e artistas de vários países, que defendem os ideais de liberdade, diversidade e identidade cultural e política latino-americana. É uma iniciativa de comunicação e reflexão, cujo objetivo é o desenvolvimento e a integração de nossos povos através da difusão do seu pensamento, arte e história.



Líder nacional do MST fala do governo Lula e da grande marcha de maio

Onda de ocupações fortalece reivindicações pela reforma agrária

Yuri Martins e Waldo Lao *

Embora seja uma das maiores economias do mundo, o Brasil é também um dos países mais desiguais. Segundo a ONU, a distribuição de renda brasileira só é melhor que as de Namíbia, Lesoto e Serra Leoa.

No Brasil, nunca se fez a reforma agrária e somente 1% dos proprietários rurais detém mais de 30% do território nacional. Diante dessa situação, há 21 anos, surgiu o MST. Em duas décadas de luta, o movimento expandiu-se por todos os rincões do país.

Recentemente, o governo Lula sancionou a lei de biossegurança, permitindo o tráfico de transgênicos e impondo, como solução do campo, o modelo do agronegócio.

Diante desta grave situação, o MST e a Via Campesina, entre outras forças sociais, realizaram em maio uma grande marcha à Brasília para exigir que o governo cumpra com as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em entrevista exclusiva a *A Palavra Latina*, o coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, comenta este problema tão antigo.

PL – O que é o MST?

GM – O MST é um movimento social de massas, que tem um caráter popular, sindical e político. Popular porque nele participam homens, mulheres e crianças. Tem um caráter sindical porque faz parte de uma luta econômica, de uma luta pela terra, por créditos, pelas cooperativas de consumo, enfim, as reivindicações por educação, transporte etc. É tem caráter político, em função de que lutamos pela reforma agrária como

parte de uma luta maior por transformações sociais mais profundas. Acreditamos que não é possível realizar uma

verdadeira reforma agrária e alterar o modelo agrícola nesse país se não forem alteradas as estruturas de poder.

PL – Como estão as relações entre o MST e o governo?

GM – Partindo do princípio da autonomia, temos uma relação de luta e de negociação. No nosso entendimento, é necessário que haja um processo de mobilização social. As conquistas econômicas são frutos da luta do povo. Nós não acreditamos em processos de negociações de líderes, pura e simplesmente.

PL – Quais foram as principais reivindicações da grande marcha nacional?

GM – Primeiro, tem a ver com a reforma agrária propriamente dita. O governo Lula assumiu um compromisso de assentar 115 mil famílias por ano e não cumpriu. Pra prejudicar ainda mais, o ministro da economia Antônio Palloci cortou o orçamento da reforma agrária para este ano em R\$ 2 milhões. Uma das questões fundamentais é reivindicar o orçamento inicial. O segundo argumento tem a ver com a política econômica. Somos contra a política aplicada pelo governo, que privilegia os contratos com o capital financeiro, em detrimento de problemas sociais graves, como os sem-terra, a fome, a violência e a falta de trabalho. Isso vem se generalizando não só no campo, mas também nas cidades – com os recentes massacres no norte do país. Violência é fruto de má distribuição de renda e riqueza. Existe uma violência nos meios de comunicação, imposta pelo pensamento único. Existe violência por parte do poder judiciário, que é muito rápido para promover desocupações de sem-terras, mas muito lento quando precisa julgar favoravelmente uma desapropriação de latifúndio improdutivo. É necessário atacar o problema da violência no campo pela raiz.

PL – Vocês fizeram uma edição de um milhão de exemplares do jornal *Sem-Terra* para a marcha. Qual é a tática do MST em relação à opinião pública?

GM – Nós não acreditamos na grande imprensa. Na história deste país, os meios de comunicação fizeram o papel de estigmatizar os movimentos para que, depois, os aparatos repressores os aniquilassem. Diante disso, estimulamos a solidariedade internacional e a



Marinoni

solidariedade interna. Fazemos eventos e debates, produzimos nossos próprios veículos de comunicação – rádios comunitárias, jornais massivos. Creio que é um grande desafio da esquerda brasileira e mundial criar mecanismos conjuntos de comunicação. Se não envolvermos a população na luta, se não tivermos capacidade de informar a população na perspectiva de reacender a luta social de massas, será difícil alterar essa correlação de forças. Assim, a comunicação tem a ver com a luta, com o movimento, porque a luta de massas é a única com capacidade de transformar.

PL – Como o MST se relaciona com outros movimentos sociais da América Latina?

GM – Apoiamos toda luta de emancipação dos povos. É um princípio nosso: a defesa da autonomia dos povos em adotar as formas de luta que lhes sejam apropriadas. Os Zapatistas, em função da realidade mexicana, adotaram aquela forma de luta, assim como na Colômbia, o ELN e as FARC adotaram as suas. O formato da luta não pode ser copiado por outros povos. Cada povo deve escolher sua principal tática de enfrentamento, segundo sua realidade. É necessário juntar os esforços, porque precisamos enfrentar um inimigo que é comum a toda humanidade.

*[da Redação]



Potencialidades e limites da “rebelião dos foragidos” na derrocada do presidente equatoriano

Francisco Hidalgo Flor

[dedicado a Julio García, fotógrafo chileno, amigo dos movimentos populares, assassinado nas marchas em oposição a Lucio Gutierrez]

Em uma rodada de imprensa com o ex-presidente do Equador, Lucio Gutierrez, quando a mobilização social começava a crescer inesperadamente na noite de 13 de abril, ele lançou com desprezo o epíteto de “foragidos” para referir-se àqueles que realizaram um protesto em frente a seu domicílio, mas seu desprestígio já era tal que ao difundir-se pela imprensa, o qualificativo acabou se transformando em uma força positiva para gerar uma identidade comum entre a oposição civil não partidária. Então começaram a dizer: “todos somos foragidos”. Daí em diante, entre 14 e 21 de abril se desenvolve “a rebelião dos foragidos”.

Esta mobilização social precipitou a derrocada do governo de Lucio Gutierrez, em cujo desenlace final interveio o Congresso Nacional, que declarou vaga a primeira magistratura, e logo veio a decisão das Forças Armadas de lhe retirarem o apoio. Esta agitação social teve como cenário

principal, Quito – a capital da república – e a composição social foi dada majoritariamente pela presença das classes médias. Os objetivos da mobilização eram a saída do presidente da república – “Lucio fora” – e as reivindicações de cidadania.

Seus mecanismos de ação estiveram sob o preceito da “auto-convocatória”. Sua força está na participação aberta de setores sociais diversos que se rebelaram contra a deterioração do sistema político equatoriano, principalmente contra a corrupção, e todos os partidos políticos.

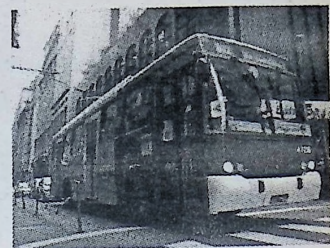
Mas nesse mesmo espectro amplo, que permite que em seu interior se mobilizem uma gama enorme de agrupamentos – grupos desportivos, núcleos de maçons, congregações religiosas, associações estudantis, clubes juvenis, grêmios profissionais, comitês de bairro, etc. – quase não apareceram sindicatos nem comunidades indígenas, nem partidos políticos. Esses agrupamentos não representam em

si um projeto histórico consolidado, mas propõem uma “refundação do país”.

O denominador comum de sua queda constituiu o rechaço à corrupção que se mostrou cinicamente durante a última etapa do governo de Gutierrez; um sentimento de repugnância e de necessidade moral de atuar frente ao espetáculo grotesco de um sistema político envelhecido, aquele que o escritor Moreano denominou “a cena obscena”.

Gutierrez armou a base política de seu regime sob o alinhamento absoluto com a administração Bush, em sua primeira viagem a Washington. Educado nas escolas de treinamento do Pentágono, se converteu em uma peça incondicional da estratégia de Comando Sul do Exército dos Estados Unidos para a região andina. Em 2003, se autoproclamou como “o melhor aliado dos Estados Unidos”. E na reunião de presidentes de Guadalajara (2004), se referiu à dita potência como “nosso irmão maior”.

A derrocada do governo de Lucio Gutierrez implica em um revés às cada vez maiores determinações do Departamento de Estado dos EUA na política interna do Equador, especialmente quanto ao Plano Colômbia, à consolidação de sua base militar em Manta, e as negociações sobre a ALCA.



Sangue-suga 1

Mal assumiu o cargo de prefeito de SP – após derrotar Dona Marta Bombom – o vampiro brasileiro José Serra caiu de boca no pescoço paulistano. E não só subiu de R\$1,70 para R\$2,00 a passagem de ônibus, como ameaçou também o tempo do bilhete único, que ele quer reduzir de 2 horas para 40 minutos. É interessante a comparação com outras grandes capitais latino-americanas: em Buenos Aires, como no México, a tarifa de ônibus custa cerca de R\$0,80...

Sangue-suga 2

O vampiro brasileiro atacou também no centrão paulistano. Não bastasse a cidade ser uma das mais feias e inumanas do mundo, não bastasse ser cinzenta e a sua escassez de memória – já que destruiu e continua destruindo seus monumentos arquitetônicos – o Sr. Serra propôs que se infecte ainda mais o centro histórico, abrindo o Vale do Anhangavaú para o tráfego sufocante e individualista dos automóveis que têm pressa. Dizem que até camêlo que tomava porradadas mensais do governo da Marta tá com saudade da megera... E depois, quando vem gente falando em exterminar vampiro na base do aerosol, ainda tem que escutar da Associação de Defesa dos Animais. É mole?



Líder cocalero Evo Morales comenta su plan de gobierno para Bolivia

Diego González *

Evo Morales, representante de los cocaleros, es el líder del Movimiento al Socialismo (MAS), el partido nacional opositor más importante de Bolivia. "Si yo gobernara, mi primer socio sería China para ponerle freno a la soberbia del Imperio".

RL - ¿Cuál considera usted que debería ser la política en hidrocarburos?

EM - El referéndum sobre hidrocarburos del año pasado dio su veredicto. Hay que expropiar la propiedad de los hidrocarburos, nacionalizarlos.

RL - ¿Y cómo sería la relación con las privatizadas?

EM - Necesitamos socios, pero no dueños. Queremos nuevos modelos de contratos, de producción compartida. ¿Qué significa eso? Que la hectárea de tierra es mía, y si tu no tienes tierra, pero necesitas producirla, yo te doy un alquiler y ahí tu produces y la ganancia se divide en partes iguales, pero la tierra sigue siendo mía. Es el nuevo modelo de contrato compartido.

RL - En la actualidad las empresas privatizadas son

absolutas dueñas de los recursos energéticos.

EM - Si. Reconocemos que han invertido, pero también han invertido la plata de los trabajadores.

RL - ¿Usted se aliaría con las empresas y el gobierno chino?

EM - Si yo fuera gobierno, dentro de la llamada Petro-América, que es una red en base de las empresas estatales, mi primer socio sería China para ponerle freno a la soberbia del Imperio. Ellos no son buenos, son socios.

RL - ¿Tiene usted hoy la estructura para ser presidente?

EM - Eso sobra, estamos preparados para llevar adelante un país, no para robar ni para matar.

RL - ¿Usted se reconoce marxista?

EM - ¿Qué es marxismo? Yo vengo de las comunidades campesinas, del pueblo, no de las universidades o de los centros de capacitación. Puedo hablar de marxismo, pero ¿qué importancia tiene? No se trata de importar políticas, ideologías, programas. El pueblo sabe. Nuestras organizaciones son sabias para

resolver sus problemas, de hecho son el reservorio de conocimientos hasta científicos en defensa de la vida, de la humanidad. Hablar de clasificaciones como marxismo, leninismo o trotskismo es perder tiempo. Acá se trata de entender y vivir nuestros problemas, para luego plantear soluciones.

RL - ¿Cree en el antagonismo capital-trabajo?

EM - Estamos combatiendo al capitalismo salvaje e inhumano. Ya no levantamos armas contra el imperio, es el imperio el que levanta armas contra los pueblos. Es el caso de Iraq. El gobierno de Chávez, en base a la conciencia del pueblo, a la Constitución y a las elecciones, logra derrotar al Imperio.

RL - ¿Si usted gobernara, rompería relaciones con el FMI?

EM - Tenemos ética, moral, autoridad como para hablar de igual a igual con ellos. Discutir políticas para que no se sigan imponiendo aquellas que sólo reparten hambre y miseria. Usted sabe que la correlación de fuerzas es desigual y que, históricamente, los intercambios siempre fueron en detrimento del pueblo. Cuba no tiene petróleo ni minerales ¿se ha muerto frente al bloqueo económico?

RL - ¿No le teme a un bloqueo del Imperio?

EM - ¿Por qué le vamos a tener miedo? Tenemos relaciones con Argentina, Brasil, Venezuela. Hay petróleo, recursos naturales y somos apenas nueve millones de habitantes. No es un problema de riquezas, de recursos, el problema es de distribución.

RL - ¿Cuál es su principal referente, Lula o Chávez?

EM - Chávez.

Manifesto pela Liberdade de Comunicação

Comunicação Livre

O principal traço da regulamentação das atividades de comunicação no Brasil sempre foi o controle autoritário. Caracterizado por leis, agentes públicos, privados e diversos dispositivos, o poder autoritário estatal-empresarial barrou a comunicação popular por diversas vezes.

Desde os anos 30, quando a comunicação de massa apenas engatinhava nos clubes de radialistas amadores, até os dias de hoje, momento em que muitas comunidades e grupos procuram na radiodifusão uma forma de organização, o governo brasileiro procurou coibir as tentativas de comunicação sem controle estatal e privado.

Foram seguidos os golpes que tentaram suprimir a comunicação popular, desferido por governos autoritários assumidos muitas das vezes, mas também por outros governos que se dizem democráticos. O governo FHC foi campeão de fechamento de rádios comunitárias por todo o Brasil, ao passo que o governo Lula segue a mesma tendência de fechamento recorde. A mais recente onda de repressão foi em março de 2005, quando ações integradas da Polícia Federal fecharam diversas rádios na Grande São Paulo. Muitas delas prestavam serviços fundamentais às suas comunidades, como a Rádio Comunitária de Itapevi. Outras foram reprimidas dentro do território "dito autônomo" das universidades paulistas, como as da USP e da PUC mais especificamente.

O que justifica tamanho esforço da polícia e dos governos? Porquê destruir a união de comunidades que só querem se organizar e melhorar a vida comunitária? A comunicação e a liberdade de expressão são fundamentais ao nosso desenvolvimento, logo o modelo de comunicação monopolista não nos serve. Atrás e aliena, acaba com a cultura popular e desarticula as iniciativas autônomas. Por isso o movimento de luta pela comunicação livre "bate os pés" no direito pela autonomia na comunicação, e busca a comunicação feita de forma participativa e representativa do que somos e queremos.

Mensagem de Resistência

Ao assistir televisão perceba que uma propaganda está sendo introjetada na sua mente, um político está querendo se eleger ou uma mercadoria está sendo vendida.

Quando chegar o fim do dia e você começar a relaxar na frente da TV, nada mais importa, anestesiado e tranqüilo você sossega. Em meio ao bombardeio de imagens fica imóvel. Bocejando, vegetando... E você aí parado escutando, chega à conclusão de que nada tem haver com o seu cotidiano. Tratado igual a um idiota, a alegria forçada permanentemente, a empolgação exagerada dos garotos-propaganda, o sorriso dos apresentadores de auditório e aquele clima de euforia permanente.

Já não dá mais! É falso, não convence. Rádios comunitárias façam a diferença! Rádios Livres, muita criatividade e organização.



Resumen Latinoamericano

O Brasil que o país ignora

Espalhados pelo território nacional, mais de dois mil quilombos resistem ao avanço do capitalismo e à grilagem de terras. A história dos remanescentes dessas comunidades tem sido escrita com tintas de sangue

Carla Lisboa*

Os quilombos surgiram como a mais forte expressão da resistência dos negros à escravidão. Alguns desses núcleos negros foram totalmente dizimados, restando somente a memória de heróis até hoje reverenciados, como Zumbi do Quilombo dos Palmares. A maioria, no entanto, sobreviveu à repressão dos colonizadores e às mudanças impostas pelo capitalismo.

Entretanto, a história de luta dos mais de mil quilombos espalhados de norte a sul do país parece longe de terminar. O inimigo é o mesmo – a ambição humana – e agora com novo perfil: os latifundiários grileiros de terras.

Perseguições, assassinatos, expulsões e uma miséria estrutural marcam a trajetória dos quilombolas. Hoje, a situação não é tão diferente de há quatro séculos quando surgiram os “territórios livres” dos negros fugitivos. Eminentemente agrárias, há atualmente 38 regiões em que as terras das comunidades remanescentes são palco de conflitos agrários.

Tratadas como assunto atado à reforma agrária, as terras de quilombos nada têm que com a situação dos sem-terra. São regiões e situações com problemas e características completamente diferentes. Ao contrário dos assentamentos e das desocupações por terra improdutiva, as terras dos quilombos desde o século XVIII são ocupadas por comunidades negras, que vivem do extrativismo e da pesca.

Ricas em produtos naturais e minerais nobres, altamente preservadas e geralmente bem servidas de água, as terras dos quilombolas são visadas por todo tipo

de grileiro. Os casos mais comuns são os de pessoas que compram terras dentro das comunidades sem saber – ou sem querer saber – que o local pertence a um quilombo.

Zumbi dos Palmares

O Maranhão é um estado brasileiro com elevado índice de comunidades quilombolas; só no município de Alcântara, há 217 comunidades. E foi ali que os remanescentes sofreram um dos maiores golpes de sua história atual. Em vez de legalizar e escriturar as terras da região, o governo FHC retirou de lá 312 famílias durante as negociações visando ceder a base aos Estados Unidos. Foi criado então, no local, o Centro de Lançamentos de Alcântara e transferidas para pequenas agrovilas as essas famílias que viviam basicamente da pesca.

O Centro de Lançamentos de Alcântara tem um olho no espaço e outro na terra, mais precisamente sobre uma região riquíssima em ouro e vários minerais nobres, além de uma exuberante biodiversidade que é livre de poluição.

O caso de Alcântara tornou-se ainda mais complexo por conta do não cumprimento dos acordos assumidos pelo governo FHC, como as indenizações que não foram pagas, as titularidades que não foram concedidas e pela falta de uma política que garantisse a prática do extrativismo e da pesca, ambas tradicionais do povo quilombola. Segundo o deputado federal Luiz Alberto (PT-BA), “o problema em Alcântara é tão sério que várias pessoas estão morrendo”.

Avanço para o reconhecimento

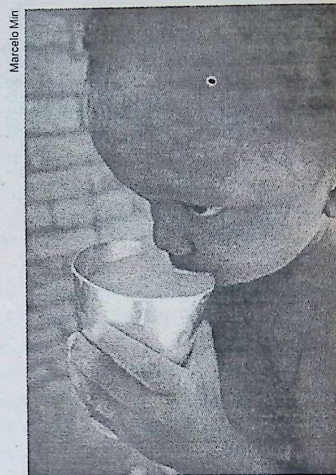
Os quilombolas enfrentaram dificuldades históricas para garantir a posse da terra, eram tratados como mentirosos pelo Estado, que se recusava a admitir sua existência, e o pelo fato de viverem secularmente em suas terras. Por outro lado, sofriam com o avanço da grilagem.

O presidente da Fundação Cultural Palmares, Ubiratan Araújo, diz que esse conceito começou a mudar. “Hoje há um verdadeiro reconhecimento. Antes se exigia um longo laudo antropológico, que demorava anos. Hoje, até mesmo pela nova legislação, o governo já acredita no quilombola. A Fundação Palmares recebe a declaração da comunidade, registra em cadastro e emite certidão, a qual faz com que a comunidade possa pedir a regularização fundiária”, explica. Ele diz que a Palmares corre contra o tempo para promover essa certificação.

Atualmente, apesar do levantamento feito em 1997 pela Universidade de Brasília - UnB, que indicou 753 comunidades quilombolas em todo o país, há mais de duas mil comunidades remanescentes de quilombos com mais de um milhão de pessoas sobrevivendo a duras penas. O presidente da Fundação Palmares reconhece que, embora possa listar uma centena de problemas sociais por que passam essas comunidades, a questão fundiária é a mais gritante.

“Um exemplo disso é a comunidade Kalunga, localizada no Estado de Goiás. Apesar de o presidente Lula ter passado por lá em abril, no início de maio, funcionários da Fundação Palmares tiveram de acionar a Polícia Federal para pedir socorro”, conta Araújo. O pedido de ajuda às pressas aconteceu em razão da invasão de fazendeiros da região. “Eles meteram o trator e destruíram o Cemitério dos Anjinhos da comunidade. No país inteiro as terras continuam sendo invadidas porque a expectativa desses fazendeiros é a de que, uma vez invadida a terra de quilombo, eles possam ser indenizados depois pelo Estado”, afirma.

A história dos quilombolas é escrita a sangue, tantos foram os assassinatos. A luta pela terra é feroz e, diz Araújo, que há uma cultura no Brasil segundo a qual terra de negros e de índios é sempre cobiçada porque a sociedade brasileira parte do



pressuposto de que negro não tem direito à terra e de que a terra está aí para ser explorada por quem tem dinheiro.

Além do problema agrário, as comunidades enfrentam problemas de acesso aos serviços públicos, educação, saúde, capacitação para o trabalho. Há, portanto, muitas frentes a serem atacadas.

Em 2003, o presidente Lula assinou o Decreto 4.887, numa cerimônia na Serra da Barriga, num sítio onde se localizava o Quilombo dos Palmares. O decreto define uma nova política de regularização das terras, cujo objetivo é tornar o processo de regularização mais ágil, além de pôr sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária - Incra a tarefa de regularização fundiária.

Além da questão fundiária, o decreto também definiu a função da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial como fiscalizadora dos direitos das comunidades quilombolas e a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, como zeladora da preservação cultural e da identidade quilombola, e responsável pelo recebimento da declaração de quilombo, bem com a certificação dessa condição.

*[Coletivo GH]



Os compadres da Casa-Grande

Leonardo Sakamoto*

Escravidão perdura no século XXI



De 1995 até 2004, 13.563 pessoas foram libertadas em ações dos grupos móveis de fiscalização (ações do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal). Nesse período, 1.282 propriedades passaram por 312 operações de vistoria. As ações fiscais demonstram que quem escraviza no Brasil não são proprietários desinformados, escondidos em fazendas atrasadas e arcaicas. Pelo contrário, são latifundiários, muitos produzindo com alta tecnologia. O gado recebe tratamento de primeira: rações balanceadas, vacinação com controle computadorizado, controle de natalidade com inseminação artificial, enquanto os trabalhadores vivem em piores condições do que as dos animais.

Ao longo do tempo, houve uma evolução no número de operações de libertação, que saltaram de 11, em 1995, para 71, em 2004. Da mesma forma, a quantidade de libertados foi de 84, em 1995, a 4.879, em 2003. Um instrumento decorrente da fiscalização é a "lista suja" do trabalho escravo. A sua atualização é semestral, sendo que três relações já foram divulgadas, totalizando 165 nomes. Com base nela os indivíduos relacionados são impedidos de obterem novos contratos com os Fundos de Financiamento. Mas tudo isso ainda é muito pouco. A rede dos que utilizam mão-de-obra escrava conta com respaldo econômico e o apoio de políticos.

Economia da escravidão

A utilização de mão-de-obra não-especializada na condição de escravidão é adotada por empresas e fazendas para diminuir custos de produção, aumentando assim a competitividade nos mercados interno e externo – sem que seja necessária a redução nos lucros dos acionistas. Essa possibilidade existe, pois há uma grande quantidade de mão-de-obra em situação de desemprego, principalmente na região Nordeste.

Em regiões ou estados onde a agricultura está em um processo de inserção numa economia "moderna" de mercado, é que se encontra a maior incidência de trabalho escravo. Basta verificar que o Mato Grosso, segundo colocado nas estatísticas de libertação de trabalhadores reduzidos à condição de escravos (2311 trabalhadores entre 1995 e 2004), é a ponta de lança da expansão

do agronegócio no país. Lá, as áreas destinadas ao pasto e à agricultura aumentam a cada ano, ao passo que tombam mais florestas. Vale lembrar que o governador do estado, Blairo Maggi, é o maior produtor individual de soja do planeta. Uma extensa pesquisa sobre cadeia produtiva do trabalho escravo, realizada pela ONG Repórter Brasil, revela que nas duas primeiras "listas sujas" divulgadas pelo governo federal, a cadeia produtiva da soja e do algodão desse estado lucraram direta ou indiretamente com a escravidão. Dentre os infratores, há nomes conhecidos na produção e comercialização. Na soja, a Agropecuária Tupi, que comercializa com o mercado externo – Europa e Ásia – e interno e, no algodão, a fazenda Brasília (de Alto Garças) que vende para a indústria têxtil nacional e exporta para a Ásia, foram apontadas.

Também temos trabalho escravo na produção de pimenta-do-reino, café, álcool, e em algumas carvoarias do Maranhão, Tocantins e Pará, que fornecem matéria-prima para siderúrgicas dependentes do ferro de Carajás – cujos produtos são vendidos aos EUA.

A pecuária é o ramo de atividade de 80% das fazendas das duas primeiras listas sujas e é, ao mesmo tempo, a principal atriz do desmatamento da Amazônia brasileira. O foco do trabalho escravo no Brasil está, exatamente, no "arco do desmatamento" amazônico – a região da fronteira agrícola do país. Esta mesma linha concentra, também, assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos no campo.

Do ponto de vista legal, intermediários, varejistas e exportadores não possuem responsabilidade pelos seus criminosos fornecedores. Porém, é interessante ressaltar que tanto o capital nacional quanto o internacional, que apresentam investimentos no setor agropecuario da região Norte, têm evitado se manifestarem sobre a erradicação do trabalho escravo. A tendência até agora é a de proteger, a todo o custo, o agronegócio brasileiro voltado ao mercado externo – um dos principais responsáveis pelos resultados positivos em nossa balança de pagamentos.

Não se vislumbra, em curto prazo, uma mudança no padrão de desenvolvimento colonial, que tem

mantido a monocultura exportadora como prioridade em prejuízo da agricultura familiar. Mesmo em se considerando que as propriedades rurais pequenas e familiares produzem a maior parte do alimento da mesa do brasileiro.

Apoio político

Contrários às ações de combate ao trabalho escravo, já se manifestaram os segundo e o terceiro na cadeia de comando do país. O vice-presidente da República, José Alencar (PL), declarou publicamente que não tem certeza da existência de escravidão atual no Brasil. Alencar possui fazendas de algodão e é proprietário da Companhia de Tecidos do Norte de Minas. Já Severino Cavalcanti (PP-PE), presidente da Câmara dos Deputados, em discurso proferido em março de 2004, atacou o combate ao trabalho escravo que vem sendo realizado no Brasil: "Vamos parar de hipocrisia, de fingir que somos a França, os Estados Unidos ou a Alemanha e que podemos copiar as suas avançadas legislações trabalhistas".

Em 2001, 54 pessoas foram libertadas na fazenda Peruano; e em 2002, 25 pessoas foram libertadas da fazenda Mutamba, em Marabá, ambas da família Mutran, que participou da disputa de terras na região durante a farra promovida pela ditadura militar na distribuição de lotes da Amazônia brasileira às grandes empresas. De acordo com ativistas de direitos humanos, foi essa família a responsável por massacres de posseiros e desaparecimento de trabalhadores. A situação reincente foi considerada extrema pelo governo federal e em outubro de 2004, foi decretada a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Ao todo, o imóvel de 9774 hectares poderá beneficiar 340 famílias. Isso abre um importante precedente não só no combate à escravidão e à superexploração do trabalho, mas também para a efetivação da função social da propriedade no Brasil e da própria reforma agrária.

Também em 2002, no mês de março, 54 trabalhadores foram resgatados da fazenda Caraiabas, do deputado federal Inocêncio de Oliveira (ex-PFL, hoje PMDB), no Maranhão. A libertação dos trabalhadores desta fazenda não é a única mancha no currículo do deputado – o qual

já foi acusado de utilizar verbas públicas do então Departamento Nacional de Obras Contra as Secas para a construção de poços artesanais em suas fazendas. Ainda assim, no início deste ano, ele foi eleito primeiro secretário da Câmara dos Deputados.

Mudança de rumos

Para manter o lucro fácil vale qualquer coisa, inclusive matar. Foi assim com os sindicalistas do Pará, durante a ditadura militar, com os 19 trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado dos Carajás, e com os auditores em MG, com a irmã Dorothy Stang e no dia-a-dia de quem resolve se insurgir no campo. É difícil lutar contra a apropriação do discurso desenvolvimentista que prega a expansão, a qualquer preço, da área plantada de soja, algodão e pimenta, que prega o aumento da pastagem e da produção de álcool anidro.

A solução para esse problema agrário passa pelo fim da impunidade, por aprovação de mecanismos como a Lei do Confisco de Terras. É necessário aumentar a pena mínima para impedir que o crime prescreva, para que a pena de reclusão seja imposta.

As raízes do trabalho escravo, mesmo o contemporâneo, estão na estrutura formativa do Brasil. O que aconteceu em 1888 foi uma mudança de metodologia para se adaptar aos novos tempos, e não uma transformação de mentalidade das elites governantes. E nenhum dos governos, após a ditadura militar, fez algo de substancial para mudar essa estrutura.

Não se faz aqui uma crítica à fiscalização ou ao ajuizamento de ações civis, uma vez que, apesar dos problemas, elas aumentam a cada dia. Mas o que tem sido feito de substancial para tirar rapidamente 30 milhões de pessoas de abaixo da linha da pobreza? O crescimento econômico está lento e Lula, que fez caminho parecido com o de muitos peões libertados da escravidão – emigrando de sua terra em busca de vida melhor – deve saber que esse pessoal passa fome e não pode esperar. Uma verdadeira reforma agrária (e não aquela que tem sido feita até aqui), que alteraria as antigas estruturas do país, é muito cara politicamente. Fica a pergunta: o governo federal terá coragem de começar a pagar preços como este antes do final do mandato?

*[ONG Repórter Brasil]

Venezuela revolucionária reafirma sua liderança entre os países periféricos e não-alinhados

Hugo Chávez declara ser anti-capitalista e anuncia o "socialismo do século XXI"

Carlos Aznárez *

Hugo Chávez não somente está construindo uma das maiores revoluções a ser recordada, no futuro, pela história do século XXI. O líder bolivariano tem deixado claro que a única forma de enfrentar o imperialismo ianque (que patrocina golpes de Estado e sugere o próprio assassinato deles), dar-se-á através da unidade dos povos da América Latina.

Com esse objetivo o presidente venezuelano trabalha ativamente, tentando colher opiniões, aproximar posições e estimular ações dos aliados mais tímidos que encontra pela frente. Não é pouco o já alcançado. Vários governos e uma sólida rede de organizações populares - entre as progressistas e as revolucionárias - decidiram acompanhá-lo através do Congresso Bolivariano dos Povos, numa atitude parecida com a idéia de um

grande "movimento de libertação latino-americana".

Mas essa unidade tão urgente necessita, do mesmo modo, de um corpo ideológico que a sustente. No continente latino-americano, Chávez parece se conformar com definições tão certeiras como o patriotismo revolucionário e o anti-imperialismo; mas no que diz respeito à realidade interna da Venezuela, está convencido que o único caminho possível para alcançar a vitória contra o capitalismo se dá através da construção de uma sociedade socialista. Por isso começou a insistir, entre amigos e inimigos, nessa proposta, a qual não deixa nunca de classificar como algo novo, que não repita velhos erros nem as más experiências vividas. Chávez fala do "socialismo do século XXI" e, em cada discurso que pronuncia, transparece mais sobre o que quer.

por essa via que temos de transcender o modelo capitalista: o verdadeiro socialismo. A igualdade, a justiça! É possível transcender o capitalismo pela via do socialismo e digo mais: com democracia. Com democracia! Mas temos de ter o cuidado de discutir sob qual tipo de democracia queremos. Certamente não se trata da democracia que o mister Superman do Norte quer nos impor desde Washington. Não, isso não é a democracia". Dias depois, enquanto inaugurava em Caracas a IV Cúpula da Dívida Social, insistiu: "Faz-se necessário inventar um socialismo do século XXI, discutir e definir por quais vias teremos que inventá-lo".

Neste sentido, Chávez apontou que "nós, os povos pobres do planeta, deveríamos renunciar a esse modelo de desenvolvimento e deixar de esperar que os poderosos nos enviem os restos".

Em sucessivos artigos que abordam temas tal como a viabilidade do socialismo e a transformação mundial anti-capitalista anunciadas por Chávez, Dieterich não acredita no "filantropismo utópico pró-sistema dos intelectuais liberais, social-democratas, cristão-pacifistas ou das ONGs, os quais controlam os debates e os Fóruns regionais e mundiais".

Chávez deu o remate final ao seu novo caminho ao socialismo na Índia, onde depois de assinar importantes acordos resgatou, repetindo o feito há anos por Fidel Castro, a potencialidade dos países não-alinhados, fechando ali o que ambos vêem hoje, como possível para poder dobrar o braço do imperialismo: somar forças e aliados dos mais diversos matizes, unir consciências críticas e dispostas a impulsionar a rebeldia em cada país sem meios termos, tintas nem atalhos.

Socialismo com democracia participativa

Um socialismo que respeite a construção local e os perfis históricos, a identidade e as características próprias de cada povo, é um socialismo com democracia participativa. O socialismo do século XXI vem para derrotar, definitivamente, o capitalismo, o imperialismo, a mediocridade dos que até pouco tempo atrás estavam certos de que a história havia terminado. E esses são os iludidos que sabem muito pouco da potência revolucionária de um Fidel Castro ou de um Hugo Chávez. (Tradução - Zanini H.)

*[Editor Geral do Resumen Latinoamericano - Buenos Aires]

"O capitalismo é selvageria"

Em 30 de janeiro passado, quando falava diante de cerca de 12 mil pessoas no ginásio Gigantinho, em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, Chávez assinalou: "Negar os direitos dos povos é o caminho à selvageria. A cada dia me convenço mais que o capitalismo se configura numa selvageria. Não tenho a menor dúvida. É necessário transcender o capitalismo. Mas agrego que o capitalismo não vai transcender a si mesmo. Não! O capitalismo deve ser transcendido através da via do socialismo. É

Um debate necessário

A sensação que Hugo Chávez provoca ao falar do Socialismo como possibilidade concreta de mudanças inaugurou um importante debate. O sociólogo mexicano-alemão Heinz Dieterich, autor do livro *Hugo Chávez e o Socialismo do Século XXI* assinala que "em uma audaciosa operação de comando, ao proclamar a necessidade de se inventar o socialismo do século XXI e seguir distanciando-nos do capitalismo" Hugo Chávez estabeleceu sua ponta de lança na vanguarda mundial no campo da batalha ideológica com a burguesia. Assim, o Comandante consolidou a posição quando enfatizou que o socialismo na Venezuela seria de caráter democrático e participativo, "de acordo com as idéias originais de Karl Marx e Engels".



Lei da Biossegurança

Interesses públicos foram decididos sob a estrita ótica de interesses privados

César Antônio Alves Cordaro*

O recente episódio que resultou na aprovação da Lei da Biossegurança é um exemplo, bastante claro, daquilo que se pode esperar de uma democracia formal, onde estão ausentes os mecanismos de efetiva participação popular.

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto candidato à presidência da República, afirmou, em relação aos transgênicos, que “liberar é burrice” – dado que pode ser conferido pela internet no artigo “Liberar os Transgênicos”, de Jean Marc Van Der Weid, no portal *Agência Carta Maior*.

Uma vez eleito, o presidente Lula alterou radicalmente sua posição pessoal, capitulando frente aos interesses do agronegócio. Usando de Medida Provisória (MP), autorizou o plantio da soja transgênica, que considerava somente os argumentos dos plantadores e desprezava as críticas negativas então existentes. Esses argumentos, além de demonstrarem a “burrice” da MP, ainda alertavam à necessidade de uma avaliação mais precisa do impacto ambiental provocado pelo referido plantio e das consequências do consumo humano desses produtos. Provocando, ainda, uma cortina de fumaça sobre a questão dos transgênicos, a MP colocou no projeto um assunto completamente

estranho ao tema, que é a fixação de regras para a pesquisa científica com as chamadas “células-tronco”.

Com a inclusão da questão transgênica na pesquisa com células-tronco, os debates ganharam forte conotação religiosa, a partir de segmentos conservadores que se opunham a esse tipo de pesquisa por envolver organismos humanos vivos. No calor desse debate, permeado por questões de fé, os aspectos científicos foram escamoteados e a questão dos transgênicos ficou relegada a um plano inferior, ao deleite do agronegócio e das multinacionais produtoras de organismos geneticamente modificados, como a Monsanto e outras transnacionais.

Desse modo, não foram também trazidas a público as divergências existentes na comunidade científica, quanto à real eficácia das pesquisas em células-tronco, pois segundo especialistas, pesquisas divulgadas em publicações científicas internacionais apontam, no momento, à rejeição

e ao desenvolvimento de câncer como consequência dos tratamentos com células-tronco embrionárias, conforme afirma Lilian Piñero Eça, biomédica e doutora em biologia molecular, numa notícia publicada no jornal *Correio Riograndense*. Com propriedade, diz que a ciência “não combina com a pressa”, e completa: “o tema requer cautela, nem nós, pesquisadores, estamos certos dos resultados do uso de células-tronco embrionárias para o tratamento de doenças”.

Nesse cenário, por 356 votos favoráveis e 60 contra, foi aprovada a Lei da Biossegurança, que, no que toca à produção e à comercialização dos transgênicos, remeteu todo o controle à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem compete a decisão sobre a liberação de organismos geneticamente modificados e sobre a necessidade da

realização de estudos de impacto ambiental e saúde humana.

Além da sociedade civil ter sido colocada fora do debate travado na aprovação da Lei de Biossegurança – já que a grande imprensa escamoteou as questões verdadeiramente importantes relacionadas ao tema e embalou o sensacionalismo religioso – também os parlamentares não estavam preparados para a votação, posto que “não tinham a menor idéia do que o Projeto de Lei tratava”, segundo a bióloga Gabriela Couto, para quem o CNTBio tem-se mostrado historicamente parcial e favorável, apresentando-se como uma comissão voltada à promoção da Biotecnologia e “liberação apressada dos transgênicos”.

As questões relativas ao cultivo, à produção, à pesquisa, à comercialização, ao consumo, à liberação no meio ambiente e ao descarte de Organismos Geneticamente Modificados e de seus

derivados, envolvem não somente problemas relacionados ao impacto ambiental, mas também dizem

respeito à saúde da população e não podem ser decididas sob a ótica exclusiva dos interesses econômicos envolvidos: os lucros do agronegócio e das multinacionais que detêm o monopólio da produção de alimentos.

Faz-se necessário romper os limites da democracia formal, através de uma ampla mobilização da sociedade civil, que acoplada ao uso de mecanismos de pressão popular crie o ambiente necessário para que as questões, que realmente interessam sejam lançadas a um amplo debate.

A maneira com que se fez tal Lei, deixa clara a necessidade de reflexão sobre o aperfeiçoamento do que nomeamos “democracia”. São precisos mecanismos institucionais que garantam a interferência da sociedade civil em temas que envolvem direitos e interesses públicos.

* [Procurador do Município de São Paulo/ ex-Conselheiro da OAB]

Imperialismo ecológico

Rafael Ummus*

Ao cruzar os oceanos nos séculos XIV a XVII, as caravelas europeias começaram um processo de exportação de formas de vida sem precedentes. Nos porões dos navios, ao lado de degredados e criminosos, viajavam toneladas de animais domésticos, de sementes e pragas que viriam a infestar e eliminar boa parte das formas de vida nativas das regiões conquistadas, incluindo os seres humanos. Bois, porcos, galinhas, ratos, pombos, cães, abelhas, grãos como soja e feijão, cereais como trigo e arroz, germes causadores de doenças como parasitas, bactérias e vírus, ervas daninhas, capins foram trazidos pelos invasores.

As hordas de animais domésticos estrangeiros eliminaram seus semelhantes nativos. Exemplo disso foram as manadas de bois e javalis que destruíram os Pampas, e os capins que acabam hoje com o cerrado brasileiro.

Mais sutil e bem travestida de boas intenções que a primeira onda de imperialismo ecológico dos séculos XV e XVI, as mega-corporações atuais – da mesma Europa e EUA – nos impõe agora os transgênicos.

Com promessas de alta produtividade e apoiadas por setores empresariais, essas transnacionais alardeiam as benesses de suas variedades mutantes, mais precoces e produtivas. Pouco se fala nos meios de comunicação da dependência do transgênico aos agrotóxicos e fertilizantes, que não por acaso são comercializados pelas mesmas grandes corporações. O uso maciço destes venenos e adubos químicos agredem solos e rios, além de eliminarem formas de vida nativas fundamentais no controle das pragas e recuperação dos solos.

A tecnologia dos transgênicos é acessível somente aos mega-produtores, que usando ainda mais solos, insumos e máquinas consomem grandes extensões de terra. Agricultores familiares, vencidos na competição por terras e mercados, acabam por engrossarem as favelas nas periferias dos centros urbanos.

A vida no campo, com ecologia sustentável e justiça social, depende do uso diversificado da natureza pelo agricultor familiar, gerando empregos e alimentos de boa qualidade.

* [Biólogo/USP]
rfeu@lycos.com



Waldo Lao

Fotos: Felix Atahualpa Alban (Equador)

Murmúrios da Terra

"Enquanto a cultura ocidental se desenvolve à velocidade do galope do cavalo, o mundo andino estrutura seu pensamento ao passo da lhama, animal que foi domesticado para caminhar ao passo do homem".

(Inscrição em Tiwanacu, povoado da Bolívia onde se encontra a porta do sol inca)



Os povos originários de nossa América, os homens e as mulheres herdeiros desta terra, sempre estabeleceram um equilíbrio com nossa mãe-terra, uma relação de respeito que flui naturalmente. Sem embargo, o problema da propriedade da terra é um assunto que a cada dia se agrava mais na América Latina. Este é o fator principal do surgimento de diversos movimentos rebeldes, a partir dos anos 70.



Os interesses dos grandes proprietários de terra, junto às empresas transnacionais privatizam as terras e rompem as culturas milenares em benefício dos poucos donos do mundo.



Mas são vários focos, várias rebeldias, as que se manifestam fazendo da voz do passado um presente necessário, tal é o caso do levantamento armado zapatista em Chiapas, as imponentes mobilizações indígenas no Equador, os conflitos por recursos naturais na costa atlântica da Nicarágua e a resistência Aymará e Quéchua, na Bolívia.

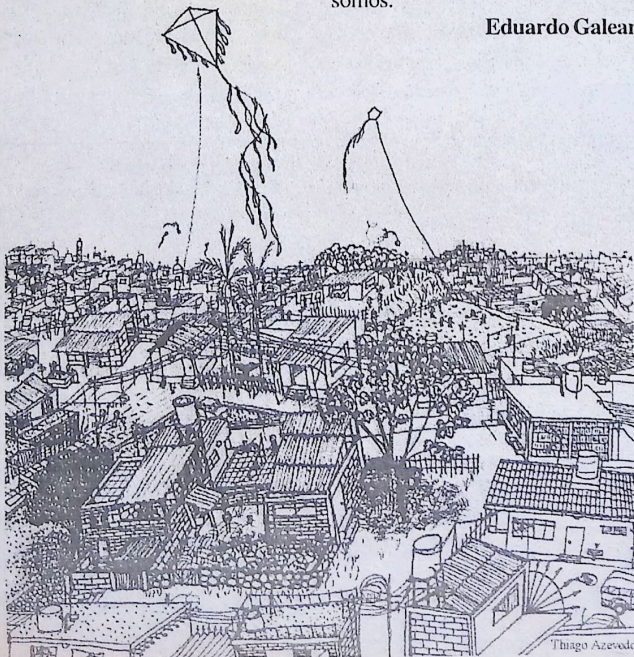


Poucas Palavras

Jabaquara

Não fui eu
nem foi você,
foi de repente
que a gente
quase sem querer
entrou por acaso
numa dessas esquinas
entre carros
faróis e buzinas,
nos distraíndo
por um segundo,
tropeçando num abraço.
O tempo parou
perdido no passo,
a avenida se abriu
silenciosa e clara.
Jabaquara.
Entramos na lotação errada.

Márcio Pépe Arruda



Thiago Azevedo

AL PERDERTE YO A TI TÚ Y YO HEMOS PERDIDO:
YO PORQUE TÚ ERAS LO QUE YO MÁS AMABA
Y TÚ PORQUE YO ERA LO QUE TE AMABA MÁS.
PERO DE NOSOSTROS DOS TÚ PIERDES MÁS QUE YO:
PORQUE YO PODRÉ AMAR A OTRAS COMO TE AMABA A TI
PERO A TI NO TE AMARÁN COMO TE AMABA YO.

ERNESTO CARDENAL

Los indígenas somos los guardianes de la historia.
En nuestra memoria guardamos todos los colores,
todas las rutas, todas las palabras y todos los silencios.
Y si alguien pregunta quiénes somos los indígenas
en México, los todos que somos respondemos:
Los indígenas somos los caminantes y el camino,
somos quienes hoy caminamos para que México no se
pierda y pueda llegar así, con todos y a tiempo, a
la nación de todos los colores, la de los cantos
múltiples, la de altos vuelos.

Subcomandante Marcos

Somos lo que hacemos y sobre todo
lo que hacemos por cambiar lo que
somos.

Eduardo Galeano

"Máxima do pensamento caboclo: 'Deste mato não
sai coelho' "
(Frase num banheiro masculino da FFLCH-USP)

Só não quero ficar

Só não quero ficar

Só

Não quero

Ficar

Não

Só

Pra que

Ficar só

Não quero

Qualquer hora eu acho
Dessas horas que a
gente...
Pensa rápido pro...
Bem d'agente

Porque só nunca estamos
Porque perpétuo eu sou
Suo, perduto, progrido e
guiso
As possibilidades do caos
do amor

Ben Charles



Yuri Martins Fontes

"Obras-primas não são fruto de um
nascimento solitário. Elas são a
consequência de vários anos de
pensamento em comum, de tal modo
que a experiência da massa está por
trás de uma única voz".

Virgínia Wolf

Inscrições Abertas



CURSINHO
POPULAR

dos Estudantes da USP

A Partir de R\$ 80,00

Informações

Rua da Consolação, 1909

3258-1436 / 3231-0692

www.acepusp.org.br

Bolsas de Estudo mediante avaliação

A maior manifestação do Brasil

Xico da Silva*



Yuri Martins Fontes

bem organizadas fariam a revolução em qualquer país do mundo. Mas nesta terra tupiniquim, tudo vira festa, até mesmo uma manifestação por respeito à diversidade – e não por orgulho, como querem alguns.

– Quanto?
pergunta espantado.

A senhora já grisalha levanta então os olhos pró marido, negro alto de expressão marcada pelo trabalho, mas com um ar de quem ainda não perdeu o bom-humor:

– Quanto é a cerveja, moça?
– ela já não é moça.

– Três reais – responde cabisbaixa, e olha prá dentro do isopor de gelo com os olhos cansados de quem neste domingo deu duro, mas ganhou a semana.

A maior marcha guei do mundo. A maior movimentação de pessoas do país. Dois milhões de pessoas com um mesmo ideal e tão

– Três reais...duas por cinco! – e sorri prá mim aquele sorrisito malandro-prá-malandro.

– Tem de dois? – entro na dele.

– Temmmm... – e me dá uma *braminha* daquela, a mesma de três contos prá gringo. Justo, afinal, dizem que deu mais turista na cidade de São Paulo neste dia, que no Estado do Ceará no ano. Deviam cobrar em Euro.

JOGO DE XADREZ



Abro minha lata e caminho pelo canto da marcha colorida, desviando de corpos que se agarram pelo chão, em pares diversos ou grupos maiores, sempre bastante originais. Não vejo brigas. As energias estão bem direcionadas. Reich explica. Trios-elétricos, muita dança e beijo-na-boca. Até mesmo um gambé sorridente passa por mim. Descubro que um PM já pode sorrir. Viva a evolução, viva Darwin!

É então, que um grupo de moleques-de-rua – aqueles seres invisíveis que, mais do que os gueis,

a sociedade finge não ver – passam pulando e cantando em boa rima:

– Uh, Uh, Uh, parada guei, vai tomar no cu!!!

Mais direto impossível. E viva a liberdade de expressão, afinal, cada um aparece como pode, e quando precisa.

E viva a liberdade sexual paulistana – dentre o pouco de valor que tem esta cidade cinzenta – jorrando na cara dos caretas.

Contudo, ainda que novos arco-íris brilhem, são bem mais visuais, que concretos. Mas são arco-íris! E inglês gosta de ver...

*[direto e de dentro da marcha guei paulistana]

Leia, colabore, distribua e divulgue.

Aqui você obtém informação crítica acerca dos principais acontecimentos de nossa época.

www.acepusp.org.br/apalavralatina

www.nodo50.org/resumen

Postos de distribuição: Universidade de SP (Butantã, Pinheiros, S. Francisco e Zona Leste), PUC, Centro Cultural de S. Paulo, MASP, Rua Augusta, Praça da República, Biblioteca Mário de Andrade, sedes centrais do PT, PSOL, PSTU, MST-SP, Central de Movimentos Populares e em algum lugar das ruas de São Paulo.

A Palavra Latina é um projeto aberto a todos que queiram se somar à luta por uma imprensa democrática.

Cartas, artigos e imagens, envie para:

apalavralatina@yahoo.com

Espaço Cultural da Acepusp, Rua da Consolação, 1909 - São Paulo - tel. 3231-0692
Nossas reuniões políticas são abertas a todos. Entre em contato.

